



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/10/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	1
1.2. OUVIDORIA.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	4 - 8
3.2. PRESIDÊNCIA.....	9
3.3. TJ-MA 200 ANOS.....	10
3.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	11 - 12
3.5. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	13 - 14
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	15
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. AÇÕES TJMA.....	16 - 18
5.2. CASO DÉCIO SÁ.....	19
5.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	20 - 23
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	24 - 26
6.2. DESEMBARGADORES.....	27 - 28
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	29
6.4. SERVIDORES.....	30

Judiciário e instituições definem ações do programa de combate à violência

O Tribunal de Justiça do Maranhão e as instituições envolvidas no Programa Integrado de Combate à Violência definiram nesta sexta-feira (25) ações de enfrentamento à criminalidade no Estado, conforme termo de cooperação técnica firmado no início do mês.

No encontro, a desembargadora Nelma Sarney – corregedora-geral da Justiça para o biênio 2014/2015

– apresentou a proposta de reativação da Central de Inquéritos de São Luís, que inclui-se entre as prioridades de sua gestão. O objetivo é garantir celeridade no acompanhamento de inquéritos policiais e peças informativas de competência das varas criminais ainda não distribuídos, evitando a perda de provas ou direitos.

Ainda no âmbito do Ju-

diciário, foi anunciada a aprovação da Resolução 050/2013, que regulamenta a formação de colegiado para julgamento, na primeira instância, dos crimes praticados por organizações criminosas.

“Nós estamos em um momento de urgência e de clamor popular. Precisamos melhorar a comunicação entre os órgãos e provocar as instituições a trabalhar

em conjunto”, frisou Nelma Sarney, que também é presidente da Coordenaria da Mulher do TJMA.

A desembargadora sugeriu a ampliação da Unidade de Segurança Comunitária (USC), em funcionamento nos bairros da Vila Luizão e Sol e Mar. “O caminho de combate à violência é a ocupação das comunidades de risco”, afirmou.

Moradores da Liberdade recebem orientação sobre funcionamento do Judiciário

Esclarecimentos de dúvidas sobre andamento processual, morosidade, estrutura do Judiciário e acesso à Justiça, estão entre os assuntos discutidos com os moradores do bairro da Liberdade, durante audiência pública promovida pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta sexta-feira (25), no Teatro

Padre Haroldo.

“As sugestões, reclamações e dúvidas da população sobre o funcionamento da Justiça estadual foram registradas e serão esclarecidas em tempo hábil. Esse contato com quem vive aqui e conhece a realidade do bairro serve como termômetro para sondar o que precisa melhorar na prestação jurisdicional”, disse o ouvidor do

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

Segundo o ouvidor, até setembro de 2013, o setor foi acionado mais de 2.600 vezes. No primeiro semestre, o número de chamados (1.586) já havia superado o total de 2012 (1.576). Em 2011, foram 903 registros.

Em relação aos pedidos de ações de ressocialização de jovens em conflito com a lei, o ouvidor falou sobre o trabalho desenvolvido pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA por meio do projeto Começar de Novo, voltado à ressocialização e recolocação de presos e egressos no mercado de trabalho.

Bibi do céu! Fiquei pasmo, estupefato, e quase não acredito no que esses olhos que a terra há de comer viram, na noite da última sexta-feira, no Centro Histórico de São Luís.

*

Podem até de chamarem de careta, homofóbico e não sei mais o quê, mas confesso que estranhei muitos as cenas. Era por volta das 23 horas e fui até ali nas proximidades do Palácio dos Leões.

*

Num canto, dois homens se beijando e, do outro lado, ali bem próximo da Agência do Banco do Brasil, duas belas jovens no maior amasso, enquanto na porta do Banco da Amazônia, um casal apertava um "baseado" que mais parecia uma flauta, pelo tamanho do bruto.

Ali nas imediações da Prefeitura, indo até a Igreja da Sé, algumas jovens só faltava, se atirar na frente dos carros que passavam, querendo programa com os condutores. Na realidade, um verdadeiro puteiro!

*

Desculpe o palavreado, mas foi o que teu pretinho vislumbrou ali. E olha que é uma área onde estão instalados os dois Poderes, como o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça, além das Forças Armadas, já que ali também fica a sede da Capitania dos Portos.

*

É... O que fazer, Bibi? Certa vez conversei com um flanelinha a respeito dessa situação e ele foi bem lacônico: - Ora Djalma... Tô é tu estranhando droga e prostituição nesse setor. Já teve governo aqui em que a mesma coisa acontecia era lá dentro do Palácio. E a gente gostava, porque a rapaziada era legal com a gente aqui.

*

Promoção de juiz: merecimento?...

JOSEMAR LOPES SANTOS

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 93, inciso II, "c", as condições para promoção do magistrado por merecimento, devendo este ser aferido "pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento".

Por sua vez, o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 106, estabeleceu os critérios objetivos que devem ser adotados para a avaliação do merecimento, prestigiando basicamente cinco itens, a saber: desempenho, produtividade, presteza no exercício das funções, aperfeiçoamento técnico e conduta pública e privada do magistrado.

Como se vê, a promoção por merecimento está atrelada a esses requisitos, cabendo ao Tribunal fazer a valoração de cada um dos itens e estabelecer as suas notas, consoante determina a citada Resolução. Entretanto, essa valoração tem me causado perplexidade, bastando-se analisar a situação do desembargador que mantém certo grau de animosidade ou mesmo inimizade com o juiz e como ele irá se comportar quando da análise dos critérios para avaliação do merecimento, uma vez que está obrigado a fundamentar detalhadamente suas indicações. A citada Resolução do CNJ é omissa nesse sentido, mas me parece mais legítimo e ético que o desembargador deveria se dar por impedido ou suspeito, evitando-se qualquer margem de injustiça.

A promoção é uma espécie de ascensão funcional e, em entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo, o presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, Joaquim Barbosa, defendeu o fim da promoção por merecimento ao afirmar: "A politicagem que os juízes de primeiro grau são forçados a exercer para conseguir uma promoção é uma coisa excruciante. Juiz tem que ser livre e independente. Juízes que têm de sair de pires na mão, sobretudo a políticos que dão o apoio a sua promoção, não me parece coisa boa", e, ainda, acrescentou que esse sistema privilegia "os mais espertos e os que fazem mais política".

A seu turno, o articulista Janio de Freitas do mencionado jornal, em um artigo intitulado "O mérito. Ou não", opinando acerca da referida entrevista, escreveu o seguinte: "... o ministro Joaquim Barbosa encaixou uma revelação perturbadora: é contrário ao sistema de promoção de juízes por mérito. O fundamento dessa originalidade: 'A politicagem que os juízes de primeiro grau são forçados a exercer para conseguir uma promoção é excruciante'. E, indaga: 'E o mérito é o culpado? Ou é ele o

Adoto tal posicionamento porque sou um juiz inserido no contexto daqueles que não sabe pedir e nem fazer política

vitimado? O que o ministro diz ser o usual para a promoção dos juízes já é a exclusão do mérito. Logo, sua proposta é excluir o que está excluído. Mas, sendo "a politicagem" um método que "denota violação ao princípio da moralidade", esse método todo é que deveria acabar. Para restabelecer-se, e não para excluir, o valor do mérito".

Essas lídimas colocações e indagações, tanto do presidente do STF como do articulista da Folha de São Paulo, quando da última vaga aberta, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, levaram-me a tomar a decisão de não me inscrever para participar do certame. Tal atitude obrigou-me a dar várias explicações àqueles que me conhecem e sabem que o sonho de todo profissional é chegar ao ápice de sua carreira.

Tenho 32 anos de magistratura e minha convicção formada pelos meus ideais não permite que peregrine de gabinete em gabinete para conseguir uma promoção por merecimento. Se essa é a política corriqueira que se adota nos Tribunais, como bem disse o ministro Joaquim Barbosa, de que o juiz tem de sair de pires na mão para pedir apoio a sua promoção, nada mais justo que se defenda o fim da promoção por merecimento, mas, como isso é praticamente impossível, melhor seria adotar-se o entendimento do jornalista Janio de Freitas, quando disse "...a politicagem" um método que "denota violação ao princípio da moralidade", esse método todo é que deveria acabar".

Adoto tal posicionamento porque sou um juiz inserido no contexto daqueles que não sabe pedir e nem fazer política, então, reservo-me no direito de aguardar que os 'magistrados superiores' tenham uma visão mais adequada com a realidade dos tempos atuais. Na verdade, o sistema judiciário brasileiro, sendo regulado pela Constituição Federal e Lei Orgânica da Magistratura, não mais permite um Judiciário desvinculado dos dogmas que regem a Administração Pública e os Tribunais, obrigatoriamente, ao proverem suas vagas por merecimento, devem se pautar pelos critérios acima mencionados, sem 'politicagem', 'revanchismo' ou 'protecionismo' e, com isso, evitando-se injustiças e o clamor daqueles que sabem que a injustiça é o mal mais doloroso para os seres humanos e que a dor da injustiça só é superada pela dor da morte, como disse o jurista Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira, ou, ainda, como bem alertou o desembargador José Luís Oliveira de Almeida em artigo publicado em seu blog: "Olha, não se brinca com os sonhos das pessoas. Eu já fui vítima desse mesmo Tribunal; Só que com outra composição. De toda sorte, vítima."

Angela Salazar, desembargadora

Fotos/Paulo Soares

"Magistratura é vocação"

Escolhida este mês para o cargo de desembargadora por merecimento, Angela Salazar tem uma longa carreira pautada na justiça e na vontade de servir às questões sociais; ela tem na família e em Deus seus alicerces



Anderson Corrêa
Da equipe de **O Estado**

Ainda se adaptando à nova função, a desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, escolhida por merecimento ao cargo, ingressou na magistratura em 1986. Um sonho desde os áridos anos de faculdade, quando saiu de São Luiz Gonzaga do Maranhão, no interior do estado, para cursar Direito na Universidade Federal do Maranhão. Um dos objetivos era levar conforto aos pais, humildes, que desde pequena lhe ensinaram o valor da educação.

Com a conclusão do ensino superior e a necessidade de sobrevivência, o sonho teve de esperar. Mas nunca foi esquecido. O segundo passo na capital foi fazer concurso público, o primeiro

Todas as oportunidades que me oferecem eu não deixo passar"

para delegados no estado. Dedicada e, como ela mesma assegura, inteligente, estava entre os primeiros colocados. Era uma das cinco mulheres aprovadas, das quais a única a assumir uma delegacia distrital.

"Peguei o 1º Distrito, no Centro, que tinha uma circunscrição muito grande. Trabalhar na Polícia foi desafiador", conta Angela Salazar, que na época tinha 23 anos e comandou 42 homens. Segundo ela, foi um trabalho difícil, porque existia muito preconceito. "Uma mulher negra e jovem comandar uma delegacia? Mui-

tos não aceitavam. Mas como sempre fui uma pessoa muito perto de Deus, sempre submeti meus sonhos e pedi orientação a Ele, deu tudo certo. Acredito que dei minha parcela de contribuição com muita dignidade e responsabilidade", ressalta.

Sua visão sobre o ambiente de trabalho também a ajudou a superar os obstáculos. "Eu nunca tive essa visão de autoridade lá e subordinado aqui. Isso facilitou minha carreira. A gente tem que olhar com profissionalismo. Mas tem que valorizar a base. Não adianta ser um profissional bom

se você não estimular os seus auxiliares a responder as expectativas, a contribuir", complementa.

A formação em Serviço Social pela mesma universidade foi um facilitador no trato com as pessoas que precisavam do serviço da delegacia e nas outras funções que desempenhou ao longo da vida. Quando ingressou no Ministério Público, buscou por em prática a sua visão sociológica do direito. "Sempre tive em mente a questão da justiça. Eu me preocupo com os fins sociais de que a lei se destina. Você tem que casar o justo com o social. Cada lei tem uma finalidade social", afirma.

Magistratura - Após três anos e meio como promotora de Justiça no interior, Angela Salazar finalmente realizou seu sonho. Na magistratura, vivenciados boa parte nos municípios do interior, pas-

sou pela comarca de Vitória do Mearim, Barra do Corda e Açailândia, até pedir remoção para Pedreiras, por conta da família.

"Sou do interior, nasci lá e não tive dificuldades de me adaptar. Só vim para São Luís para prestar o vestibular. Naquela época, não tinha estrada, não tinha comunicação. Mas a gente se adaptou. Magistratura é vocação. Quando é vocação, você não sente essas dificuldades. Você faz por amor, se sente realizada", assevera.

Já em 1996, em São Luís, capacitou a 5ª Vara de Família, sendo juíza da infância e da juventude, desenvolvendo diversos trabalhos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e podendo outra vez por em prática os co-Desse período, lembra seu envolvimento com o projeto Resgatando a Autoestima, com crianças em situação de vulnerabilidade.

"Eu me sinto muito realizada. Foi um trabalho muito lindo de investigação, feito com cuidado. Neste momento fui tendo uma noção muito real da exploração da criança, exploração no sentido mais amplo. Porque criança tem que brincar e estudar e isso é negado na nossa sociedade. Valeu a pena", discorre. A desembargadora conhece pessoas que tiveram sua autoestima resgatada, meninas que constituíram famílias, meninos que entraram no mercado de trabalho. "Infelizmente, nem todos tiveram o mesmo final", lamenta.

Raciocínio rápido - No trabalho, Angela Salazar diz que sua maior preocupação é com a celeridade, e por isso, talvez se considere impaciente. "Tenho um raciocínio muito rápido e às vezes sou intolerante com as deficiências das pessoas. É um defeito, porque ninguém é igual a ninguém", afirma a desembargadora, que tem as irmãs e as filhas como conselheiras. Elas a controlam sobre essa impaciência. "Dizem que tenho de respeitar as limitações de

cada um. Ainda não aprendi a fazer isso. Sou rápida e quero tudo para ontem. Mas Deus vai mudar isso em mim", acredita.

Por outro lado, a desembargadora se define como honesta e responsável, apesar de muitas pessoas confundirem sua personalidade e a acharem esnobe. "Não é nada disso. Vivi na minha e sou muito transparente. Quem não me conhece diz que tenho nariz em pé. Às vezes, as pessoas confundem. Algumas não estão acostumadas a esse tipo de atitude. Estão acostumadas a ouvir o que quer ouvir", explica.

Pacata, Angela Salazar gosta de sair para jantar com o marido e passear com as filhas. Gosta também de ler e cuidar da casa. "A minha mão está cheia de calo", diz mostrando a palma da mão. "Gosto demais de limpar a casa. Por isso estou meio cansada. Já lavei garagem hoje. É um prazer. Gosto de ter tudo limpo e organizado na minha casa. Principalmente quando você batalha para ter a casa dos seus sonhos e conquista. Isso é gratificante", alegra-se.

A magistrada também confessa ser vaidosa. "Eu era muito consumista. Às vezes, a gente gasta por ansiedade. Tem coisas que se compra só porque achou bonito. Hoje compro mais por necessidade. Mas isso se adquire com o tempo", comenta. Para ela, contudo, é importante estar bem arrumada, com uma boa roupa, joias, um bom perfume. "Gosto de gastar comigo, investir em mim. Se você trabalha, se formou, tem que se realizar. Não gosto de entesourar. O dinheiro que você ganha tem que gastar com você mesmo. Você só não pode esquecer de investir na saúde e na educação dos filhos", afirma a desembargadora.



Angela Salazar
em sessão do
Pleno no Tribunal
de Justiça



Desembargadora estuda a palavra de Deus; a Bíblia é o seu guia



Angela Salazar com as filhas Ana Clara e Ana Carolina e o marido Carlos Santana



RAIO-X

NOME COMPLETO:
Angela Maria Moraes Salazar

NASCIMENTO
26 de novembro de 1957

NATURALIDADE
São Luiz Gonzaga do Maranhão

FILIAÇÃO
Benedito Salazar
Maria da Conceição Moraes Salazar

FORMAÇÃO
Direito (1980 - UFMA)
Serviço Social (1983 - UFMA)

ESTADO CIVIL
Casada com Carlos

Santana Lopes

FILHAS
Ana Clara (24 anos)
Ana Carolina (21 anos)

RELIGIÃO
Evangélica

QUALIDADE
Honestidade

DEFEITO
Ser impaciente

ALEGRIA
Família e servir a Deus

TRISTEZA
Morte do pai

SAUDADE
Da infância

Vida é guiada pelos ensinamentos de Deus

Evangélica, a desembargadora Angela Salazar tributa sua vitória a Deus. Na cabeceira da cama, a *Bíblia*, seu guia para a vida. "Ai de mim se não pautasse minha vida nesse livro", afirma. Ela conta que conseguiu superar muitas dificuldades devido a sua fé em Deus. "Não foi fácil. Não é preconceito, mas sabemos que para a mulher conquistar seu espaço com dignidade e respeito ela passa por muitas provações. Principalmente quando se trata de uma mulher

que vem de uma família humilde do interior", afirma.

Casada com o procurador Carlos Santana Lopes e mãe de Ana Carla (24) e Ana Caroline (21), a desembargadora os tem como dádiva de Deus. Conheceu o marido ainda na faculdade e se reencontraram depois de magistrada. Seu maior medo era o casamento não dar certo. "Família é projeto de Deus. O que ele uniu ninguém separa. A mulher tem que ter sabedoria para edificar o lar. Não vou dizer que nosso rela-

cionamento é perfeito. Temos altos e baixos. Mas a gente supera. Casar é maravilhoso", relata.

A primeira filha chegou aos 29 anos. Por um tempo, teve de deixá-las por causa do trabalho no interior. "Era algo que me preocupava, mas a gente coloca na mão de Deus e ele faz agir sobre nossas vidas", persevera. Segundo ela, o relacionamento com as duas filhas é maravilhoso. Sempre foi uma mãe coruja. Torcia para a mais velha nas competições de natação de

que participava.

"Sofri um pouco mais quando elas decidiram fazer intercâmbio. Sofri porque nos Estados Unidos é uma outra cultura. Mas eu pedi a Deus que as abençoasse", recorda. Angela Salazar diz ainda que elas pensaram em fazer faculdade no exterior, mas ela não concordou. "Já fiquei longe delas muito tempo. Disse não. Afinal, temos que pensar na questão da família. A minha alegria é a família e servir a Deus", finaliza.

Paulo Soares



O advogado Eduardo Leal Moreira (na foto, com a esposa Renatha) não poderia estar mais realizado. Afinal, seu nome foi aclamado na votação que definiu as duas listas tríplexes para vagas de membros efetivos do TRE-MA, ambas na categoria jurista. Os predicados de Eduardo, que traz a habilidade de causídico no DNA - ele é filho do decano Kleber Moreira -, foram unânimes entre os 25 desembargadores presentes à sessão do Tribunal de Justiça da última quarta-feira. Agora, é aguardar a decisão da presidente Dilma, que receberá as duas listas do Tribunal Superior Eleitoral, após encaminhadas do TJ ao TRE.

- **A presidente** eleita do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, começa a definir sua equipe.

Bicentenário do TJ

Será no dia 4 de novembro, às 19h, no Centro de Convenções Governador Pedro Neiva de Santana, o megaevento que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão vai realizar para comemorar seus 200 anos de instalação.

Nessa noite, o desembargador Antônio Guerreiro Junior, presidente do Poder Judiciário, presidirá a solenidade cujo ponto alto é a concessão a diversas personalidades da medalha comemorativa à auspiciosa efeméride.

É claro que já mandei escovar meu paletó para ir receber a minha, por indicação da futura presidente Cleonice Silva Freire.

Crack invade Caxias e muda perfil do viciado e da mulher traficante

Segundo pesquisa da Confederação dos Municípios, Caxias está em 3º lugar no ranking das cidades com maior incidência do uso da droga no Maranhão; conforme estudo, as mulheres se tornam traficantes quando o companheiro está preso

CAXIAS - O crack já representa 90% das apreensões de entorpecentes em Caxias. O município não é o que tem maior incidência do uso de droga no Maranhão. Está em 3º lugar. São Luís e Açailândia vêm em primeiro e segundo lugares, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios. Essa mesma pesquisa mostra que no Maranhão o crack aparece em quase todo o estado.

Entre os dados do estudo, os adolescentes e as mulheres aparecem como personagens tanto no tráfico quanto no consumo, confirma a Polícia Militar, que é a principal responsável pela desarticulação das chamadas bocas de fumo existentes na cidade.

Este ano, por exemplo, somente durante o estouro e fechamento de bocas de fumo mais de 10 mulheres foram detidas e apontadas como líderes do tráfico de drogas nesses locais. Segundo as polícias Militar e Civil, elas entram nesse submundo porque substituem o parceiro, que era traficante e foi detido.

Bairros - No município, os bairros que mais aparecem nas estatísticas com moradores que ficaram viciados em crack são: José Castro, João Viana, Antenor Viana, Morro da Santa, Vila São José e Seriema. É também nos bairros periféricos que acontecem os maiores números de apreensões da droga.

Para "desbaratar" os pontos de venda, as polícias Militar e Civil estão utilizando a inteligência e chegam a passar semanas investigando a rotina de quem vende a droga.

Com o aumento do consumo de crack, aumenta também o número de infrações de pequenos furtos, como celulares, eletrodomésticos, capacetes de motos, usados como moeda de

troca para a droga. Quem mais comete esse tipo de delito são os adolescentes.

Segundo o Ministério Público Estadual (MP), os atos infracionais cometidos por adolescentes estão mais comuns na cidade e cada vez mais graves. Antes, estes jovens se envolviam na subtração de pequenos objetos para vender e depois comprar a droga. Hoje, eles empunham armas de fogo e praticam assaltos violentos.

Justiça - A Vara da Infância e Juventude, instalada no município, julgou há poucos dias os responsáveis pelo assalto a um motel. Os frequentadores do local foram agredidos por um homem, ajudado por um adolescente. O jovem foi mandado para São Luís, onde cumpre medida socioeducativa.

Para o promotor de Justiça Fábio Miranda, o consumo de crack tem contribuído bastante para o aumento dos índices de violência em Caxias. "A chegada da droga fez com que os adolescentes mudassem também o comportamento e até passassem a ser mais agressivos, porque a droga estimula esse comportamento", disse.

De acordo com o juiz Antônio Veloso (Infância e Juventude), é preciso investir mais em políticas de apoio e inclusão social para prevenir que os jovens se envolvam com drogas. Ele também chama a atenção para a necessidade da construção, próximo a Caxias, de unidades para tratamento de adolescentes envolvidos em atos infracionais.

"A regionalização do cumprimento das medidas socioeducativas é uma coisa que se impõe. O que acontece no Maranhão? O juiz sentencia e é obrigado a mandar o jovem infrator para São Luís. Regionalizando o cum-

primento dessas medidas, a família fica mais perto para dar apoio", afirmou o juiz.

Mais

- Somente este ano foram fechadas pelo menos cinco bocas de fumo
- Nas apreensões mais de 300 pedras de crack foram recolhidas
- Entre as prisões, uma mulher de 56 anos foi detida como chefe de um ponto de vendas de drogas
- A previsão de inauguração da Fazenda da Esperança é dezembro
- O custo da 1ª etapa da obra está avaliada em R\$ 1,1 milhão

Caps ajuda dependente químico a largar o vício com tratamento especial

Centro de Apoio Psicossocial atende a 8 pacientes internos e 26 são acompanhados

O Centro de Apoio Psicossocial (Caps AD) está intensificando as ações para atender o maior número de pacientes que estão querendo deixar de ser usuário de drogas, incluindo o álcool. Atualmente, o Caps, que é mantido pela Prefeitura de Caxias em parceria com o Governo Federal, atende a oito pacientes que são internos e outros 26 que fazem acompanhamento diário no centro.

A rotina no Caps começa cedo, com uma oração nas primeiras horas da manhã. "Eles participam das atividades laborais como processo de desintoxicação. Também têm as

atividades com os terapeutas ocupacionais, que os auxiliam com a terapia de grupo e com os psicólogos, para que eles possam entender os mecanismos da doença", explicou a psicóloga Ledinalva Barbosa.

O atendimento no centro é feito por nove profissionais e a família dos pacientes também é uma parceira no processo de recuperação. "As famílias são envolvidas para ajudar no tratamento", disse a psicóloga.

O paciente Eloilson Alves enfatizou que, por meio do atendimento recebido no local, eles têm a oportunidade de mostrar a sociedade que eles estão buscando a cura para a doença. "Tudo o que é feito é importante porque a gente se sente útil e pode mostrar para as pessoas que podemos sair do vício", destacou.

Fazenda da Esperança está em obra

Está em ritmo acelerado a instalação da unidade da Fazenda Esperança, em Caxias. Para marcar oficialmente o início da obra, que já conta com os primeiros lotes de material de construção, doados à instituição, uma grande carreata foi realizada domingo (20) pelas principais ruas da cidade com destino ao povoado Cruz, onde ficará a fazenda.

"Essa mobilização aconteceu como sinal visível de que a obra da Fazenda da Esperança começou. A unidade de saúde vai mudar a vida da juventude, que por uma ou outra razão tem se desviado da vida saudável. Quero me unir aos caxienses e pedir, em primeiro lugar a prece, para que esse projeto de fato vá adiante", disse o bispo diocesano dom Vilsom Basso.

Diferença - Em Caxias, a Fazenda da Esperança tem como base a Lei nº 11.343/2006, que define a diferença entre o usuário e o traficante de drogas. Será construída com três casas de passagem, com 151,95 metros quadrados, cada. O imóvel terá a arquitetura tipo fazenda, adaptada para o clima da região, com capacidade para abrigar 15 dependentes e um coordenador (padrinho). A fazenda terá, ainda, copa, sala de estar, varanda, quatro quartos com suítes, além da casa de apoio para uso de visita, colaboradores e administradores, capela, sede da administração e refeitório.

A Fazenda da Esperança, entidade ligada à Igreja Católica, é um conjunto de comunidades terapêuticas de base católica que busca por meio da espiritualidade, do isolamento dos grandes centros urbanos, do trabalho e da convivência reabilitar jovens dependentes químicos, de modo a reinseri-los na sociedade de forma digna e humana.



Com cachimbo improvisado, usuário de crack fuma na rua na presença da comunidade; viciado em pouco tempo fica com aspecto de doente

Calçadão do Centro Comercial de Imperatriz está em obras

A obra começou desde o dia 22 por determinação da Vara da Fazenda Pública, em julgamento a uma Ação Civil Pública, ajuizada pela Promotoria Especializada do Meio Ambiente; uma via será aberta para passagem de veículos de emergência

IMPERATRIZ - O Calçadão da Avenida Getúlio Vargas, no centro de Imperatriz, está em obras. Desde segunda-feira (22), uma construtora contratada pela Prefeitura começou a abrir uma rua no meio do Calçadão, denominada *Linha Vermelha*, que vai dar passagem aos veículos de emergência.

A criação da faixa exclusiva atende a uma determinação da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, em julgamento a uma Ação Civil Pública (ACP), com pedido de liminar, ajuizada pela Promotoria Especializada do Meio Ambiente, em maio deste ano.

A obra da *Linha Vermelha* está sob a coordenação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que tem prazo de 90 dias para conclusão. O superintendente municipal da Defesa Civil, Francisco das Chagas Silva, prevê que a obra seja concluída antes do prazo previsto.

O superintendente se orgulha de ter sido uma das autoridades que participaram das discussões sobre a revitalização do Calçadão de Imperatriz que resultaram na obra.

"O coronel Saraiva, do 3º Grupamento de Bombeiros Militar [GBM], fez um relatório em que dizia que era para retirar os obstáculos do Calçadão para os carros de emergência entrar e nós, ao tomarmos conhecimento, levamos o caso para a discussão com o Ministério Público e a sociedade", lembrou o superintendente da Defesa Civil.

A Promotoria do Meio Ambiente promoveu pelo menos duas audiências com o GBM, Câmara de Vereadores, Prefeitura, Associação Comercial, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação de Lojistas do Calçadão, entre outras entidades de classe e, fixou prazo para a Prefeitura de

Imperatriz executar a abertura da via, além de revitalizar o Calçadão.

Como o prazo não foi cumprido, o promotor de Justiça Jadilson Cerqueira ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar, para obrigar a Prefeitura a fazer a obra, conforme ele informou a *O Estado* em 19 de maio deste ano.

Tapumes - Sem alarde, a obra teve início no trecho do Calçadão que fica entre as ruas Luís Domingues e Coriolano Milhomem. Os operários colocaram, no fim de semana, os tapumes para proteger e delimitar a área na qual vai ser criada a faixa.

Como a via será aberta no meio do Calçadão, sobrou uma espécie de corredor improvisado na frente das lojas, nos dois lados, mas mesmo assim, a obra provoca transtorno pelo aspecto paisagístico e o barulho das máquinas.

Apesar disso, o presidente da Associação dos Lojistas do Calçadão, Marcone Marques, avaliou a obra como positiva para os lojistas e para a cidade. Ele disse que os lojistas ganharão porque a criação da faixa para carros de emergência pode prevenir tragédias como incêndios, enquanto que a população terá um espaço mais bonito.

O líder disse que ainda tem esperança e vai lutar para que seja realizada uma grande revitalização do Calçadão que seria transformado numa espécie de centro comercial fechado (coberto) para proteger e dar maior comodidade aos clientes.

Lojas - A obra, também, vai valorizar o Centro Comercial de Imperatriz, um dos locais mais visitados em épocas como Natal e Ano Novo, entre outras datas comemorativas.

Marcone Marques ressaltou que atualmente o Calçadão vem ganhando novas lojas. Já são 129 estabelecimentos comerciais, incluindo, um centro

de compras, inaugurado, há cerca de três meses.

"Nós temos nos dois calçadões, 49 lojas que comercializam roupas, calçados, bolsas, entre outros produtos e mais 80 lojas do Centro de Compras GV", detalhou o presidente.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), Euclides Viêra, também vê com otimismo a obra de abertura da *Linha Vermelha* no Calçadão.

"São dois os aspectos que a gente vinha defendendo: o acesso para os carros de emergência para atender às lojas e que está na hora de revitalizar o Calçadão", ressaltou Viêra.

Para o presidente da ACII, ter participado das discussões foi positivo. "A ACII ofereceu três hidrantes para serem instalados no Calçadão e graças a essa parceria com a Vale foram doados 16 hidrantes para toda a cidade", informou.

Mais

O Calçadão é um dos pontos mais antigos e charmosos de Imperatriz. Localizado no centro da cidade, próximo à Praça de Fátima, onde funciona a Casa Episcopal, a dois quarteirões da Praça Tiradentes, ocupa um trecho da Avenida Getúlio Vargas, umas das primeiras a ser aberta na cidade. Com o crescimento de Imperatriz surgiram outras opções de compras, como o shopping, mas o Calçadão continua sendo um dos pontos preferidos dos consumidores. Em datas comemorativas, o Calçadão fica lotado, principalmente de pessoas que vem dos vizinhos estados do Pará e Tocantins, além de cerca de 15 municípios da Região Tocantina maranhense.

Obra pode se estender até o Natal

Os lojistas do Calçadão não escondem a preocupação com a possibilidade de a obra da *Linha Vermelha* não serem concluídas antes do Natal, o melhor período do ano para as vendas do comércio. "Nós esperamos que a obra seja concluída até o dia 5 de dezembro", estimou Marcone Marques, presidente da Associação dos Lojistas do Calçadão.

Após a conclusão do trecho, chamado de primeiro Calçadão, os operários seguirão para o segundo e se isso ocorrer no período do Natal a Associação de Lojistas pretende interferir.

"Nós pretendemos ir falar com o juiz Jadilson Cerqueira, da Vara da Fazenda Pública, que deu a ordem para a obra que mande suspender a obra do segundo Calçadão até janeiro de 2014. Caberá a ele aceitar ou não", adiantou o presidente.

Marcone Marques disse que, após a conclusão da obra, o Calçadão será muito mais bonito e não terá mais espaço para vendedores ambulantes e camelôs. Com a via, o espaço lateral ficará menor e, segundo ele, será impossível montar barracas ou estacionar carrinhos nesse local porque o espaço da *Linha Vermelha* ficará protegido por correntes e só será aberto para dar o acesso aos carros do Corpo de Bombeiros, ambulância ou da Polícia Militar.



Calçadão no Centro Comercial de Imperatriz terá uma via para circulação de transporte de emergência

CRÍTICA

O deputado estadual Othelino Neto (PCdoB) repercutiu, na sessão desta quinta-feira (24), a vistoria feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Sistema Penitenciário de Pedrinhas. O parlamentar lamentou o fato do Maranhão ter devolvido R\$ 22 milhões ao Departamento Penitenciário Nacional por não ter cumprido as exigências da Caixa Econômica Federal e lembrou que os recursos poderiam ter sido usados na construção e reforma de unidades prisionais. Othelino fez questão de ler comentários feitos pelo conselheiro Mário Bonsaglia, pela procuradora de Justiça e membro auxiliar do CNMP, Ivana Farina; e pelo representante do CNJ, juiz auxiliar Douglas de Melo Martins, acerca das observações negativas sobre o Sistema Penitenciário para mostrar que não só a oposição faz críticas, mas também representantes de instituições de respeito que vieram comprovar o estado de desgoverno em que o Maranhão se encontra.

Justiça estadual tem mais de 325 mil processos tramitando

Em relação a 2012, a Justiça maranhense de primeiro grau reduziu em 27% o acumulado de processos a serem concluídos (julgados ou não). Mas o número que tramita ainda é grande: 325.856, segundo dados do Tribunal de Justiça. A causa apontada é a falta de juízes. **POLÍTICA**

JUDICIÁRIO

325 mil processos tramitando

Apesar do número de processos acumulados, Maranhão tem boa média de resolução de casos, evitando um colapso do sistema judiciário

CLODOALDO CORRÊA

Até o final do mês de setembro, o levantamento do Judiciário aponta que são 325.856 processos ainda não finalizados na Justiça de primeiro grau. Este é o número total de processos julgados e não julgados, mas que ainda não foram finalizados pelo Judiciário do Maranhão. Apesar da melhora na produtividade, o número ainda é considerado alto. Em relação a 2012, o Judiciário maranhense já conseguiu reduzir 27% do acervo. Um número, que, segundo o TJMA, ainda não é melhor pela falta de juízes. No ranking de 2012, o Maranhão ocupa a 19ª posição com relação a pendências de casos.

Em 2013, deram entrada no Judiciário do Maranhão, até o final de setembro, 186.683 processos. Os juízes julgaram 208.301, um aumento de produtividade de 111,58%. Porém, houve uma queda em comparação com os dois últimos anos. No mesmo período de 2012, foram julgados 232.634 processos.

Do total de processo baixados, ou seja, que encerraram todas as instâncias e inclusive as sentenças já foram executadas, foram 120.508 em 2013. O número de casos pendentes aumentou em 2012. Em 2009, os casos pendentes eram 184.039, já em 2012, 442.071, um aumento de

140,2%. A média de processos baixados por magistrado no ano passado é 1.049 por cada juiz.

O estoque de processos em 2012 somou 400.465 no primeiro grau e 6.636 no segundo. A taxa de congestionamento aumentou 11,47% em comparação com 2011.

Pelos critérios do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Maranhão está na fronteira da eficiência, levando em conta os dados de 2012, com níveis baixos de produtividade dos magistrados, porém acompanhados de taxas de congestionamento satisfatórias no ano passado.

Para o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, os números são animadores pelo tribunal estar conseguindo a cada ano julgar acima do número de processos que dão entrada, diminuindo o excesso de processos. "Estamos julgando além do que é distribuído e os resultados representam a resposta dos desembargadores aos anseios da sociedade, cujo nível de confiança na Justiça estadual aumenta cada vez mais", avalia.

Produtividade

O coordenador do Núcleo de Planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão, Paulo de Assis Ribeiro, afirmou que a produtividade do tribunal está

muito boa de acordo com as condições. Segundo ele, a atual posição do Maranhão no ranking se justifica pelo fato de CNJ não levar mais em consideração apenas a produtividade dos tribunais, mas um cálculo complexo que leva em consideração os orçamentos, investimentos, número de servidores, número de juízes, entre outros critérios.

Segundo o coordenador, o Maranhão tem hoje 60 vagas de juízes abertas que serão preenchidas até o ano que veio pelo concurso público que está em andamento. "Se você tem 60 juízes a menos, você sobrecarrega os que estão em atividade. Alguns juízes respondem por três ou quatro comarcas. Mas ainda com este déficit, os que temos estão tendo uma produtividade excelente, dando conta do recado. Falta um terço do número de juízes e temos uma alta produtividade". A falta de juízes faz com que o Maranhão também tenha déficit na relação juiz para cada

mil habitantes.

Outro fator que puxou pra baixo o Maranhão no ranking foi o número alto de servidores terceirizados. O número mais que dobrou em 2012 em comparação com 2011. Um total de 1.116 funcionários de terceirizadas prestam serviço ao judiciário do Maranhão. Segundo o judiciário, foram contratados agentes de limpeza e principalmente de segurança para os Fóruns e comarcas do interior do estado.

A diretora Judiciária do TJMA, Denyse Batista, afirma que desde 2010 a Corte vem reduzindo o período de tramitação processual, fazendo com que as partes e os advogados tenham resultados mais rápidos para suas causas. "Para acompanhar o aumento acima do previsto, fizemos adequações no fluxo das atividades diárias das secretarias, harmonizando ações sistemáticas em torno do tempo de permanência dos processos nas unidades", explica a diretora.



TJMA é o responsável por dar celeridade ao andamento de processos, para que estes não se acumulem

DIVULGAÇÃO



Estamos julgando além do que é distribuído e os resultados representam a resposta dos desembargadores aos anseios da sociedade, cujo nível de confiança na Justiça estadual aumenta cada vez mais

Guerreiro Júnior,
presidente do
Tribunal de Justiça do
Maranhão

Caso Décio (1)

Este Bastidores conversou com três advogados criminalistas que conhecem as entranhas do Caso Décio Sá e todos – apenas com algumas variantes nas interpretações – garantem que os principais acusados do assassinato do jornalista Décio Sá serão soltos em breve. Há falhas gritantes que, segundo eles, vão aparecer no julgamento. Significa, portanto, que o enredo ainda terá capítulos cheios de reviravoltas e surpresas.

Caso Décio (2)

Em Teresina (PI), o juiz Antônio Reis Noleto concedeu habeas corpus para soltar Gláucio Alencar, José de Alencar Miranda e José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, todos acusados, no Piauí, da morte do agiota Fábio Brasil, ocorrido em março do ano passado, antes de Décio Sá. Eles estão em Pedrinhas, como mandantes da morte de Décio. O TJ-MA já negou vários pedidos de habeas corpus, mas os advogados vão persistir.

Proposta de Orçamento do estado prioriza Infraestrutura

Enviada no final do mês passado, a proposta de Orçamento do governo do estado para 2014 traz como prioridades as secretarias de Infraestrutura, Planejamento e Orçamento e Saúde, que tiveram acréscimos vultosos. Perderam recursos: Segurança, Caema e Educação. **POLÍTICA**

ORÇAMENTO

Infraestrutura é prioridade em 2014

Em proposta orçamentária enviada à Assembleia, governo designa boa parte dos recursos para a pasta de Infraestrutura. Oposição e governistas travam debate sobre o orçamento do estado

MARCUS SALDANHA

O debate sobre o orçamento do estado do ano que vem já começa a esquentar na Assembleia Legislativa do Maranhão. O clima deve permanecer até a votação da proposta orçamentária, que, segundo o relator e presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle, Alexandre Almeida (PTN), será até dezembro. Portanto, até sua aprovação haverá um longo caminho a ser percorrido. Na proposta, os recursos disponibilizados para 2014 são de R\$14,1 bilhões.

Segundo a proposta de lei orçamentária enviada pelo governo



Secretário estadual de Planejamento, João Bernardo Brigel, é autor da proposta do orçamento do governo para 2014

ao parlamento estadual no final do mês passado (27/9), o aumento total de recursos será de mais de R\$ 1 bilhão e áreas como Infraestrutura, Saúde, Comunicação e principalmente Planejamento e Orçamento serão as que devem receber mais recursos. Por outro lado, Educação; Turismo; Cultura; Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar; Cidades e Desenvolvimento Urbano; Ciência e Tecnologia; Indústria e Comércio e Segurança Pública devem sofrer cortes.

Numa comparação das peças orçamentárias de 2013 e 2014, identificamos o aumento de recursos na ordem de R\$ 433.501.183 para Infraestrutura; R\$ 228.202.257 milhões a mais para a secretaria de Saúde e R\$ R\$ 6.023.527 milhões a mais para Comunicação. Porém a pasta que teve maior aumento foi a de Planejamento e Orçamento com acréscimo de R\$719.110.184 milhões a mais que o ano passado.

Além dessas pastas, também devem contar com mais recursos a Assembleia Legislativa R\$ 70.687 a mais; Detran com R\$ 76.774.88 a mais; Aged R\$ 9.310.082 e Tribunal de Justiça R\$ 1.888.104,14. Já a Caema

» Tabela

Compare as Leis Orçamentárias 2013 com a proposta orçamentária de 2014 e a evolução de quem ganhou ou perdeu mais

Órgão/ Secretaria	LOA 2013	PLOA 2014	Evolução
Assembleia Legislativa	256.323.478	256.394.165	70.687
Sec de Saúde	2.009.573.773	2.237.776.030	228.202.257
Caema	597.920.000	518.442.781	-79.477.219
Secretaria de Educação	1.616.429.005	1.593.052.187	-23.376.818
Controladoria Geral do Estado	13.120.000	12.584.724	-535.276
Ministério Público	233.702.930	223.787.280	-9.915.650
Erradicação do Analfabetismo	7.400.000	250.000	-7.150.000
Combate ao Analfabetismo Absoluto	900.000	100.000	-800.000
Pasta Segurança Pública	887.200.392	880.308.872	-6.891.520
Secretaria de Segurança pública	310.000.000	131.529.021	-178.470.979
Sec de Fazenda	212.748.469	209.633.359	-3.115.110
Detran	86418392	94095880	7677488
Secretaria de Comunicação	58.400.000	64.423.527	6.023.527
Planejamento e Orçamento	213.934.225	933.044.409	719.110.184
Sec de Turismo	10.585.000	6.779.510	-3.805.490
Procuradoria Geral do Estado	231.902.930	222.527.568	-9.375.362
Sec de Infraestrutura	259.283.374	692.784.557	433.501.183
Deint	47.700.000	45.851.498	-1.848.502
Aged	40.330.000	49.640.082	9.310.082
Tribunal de Justiça	808106145	996916559	188810414
Desenv. Soc e AgricuFami	78.965.000	69.672.957	-9.292.043
Sec Cidades e Des Urbano	176.154.564	105.114.864	-71.039.700
Sec de Cultura	74.365.000	71.792.008	-2.572.992
Casa Civil	67.057.498	60.882.129	-6.175.369
Ciência e Tecnologia	3.200.000	2.581.455	-618.545
Industria e Comércio	8.000.000	6.650.633	-1.349.367
Fapema	42.010.000	33.262.609	-8.747.391
Orçamento Total	13.079.221.314	14.121.575.558	1.042.354.244

terá corte de R\$ 79.477.219; Controladoria Geral do Estado terá menos R\$ 535.276,00 e Ministério Público, menos R\$ 9.915.650.

Na Assembleia Legislativa o governista Carlos Alberto Milhomem (PSD) disse não concordar em muitas coisas com o líder da oposição, em especial a "insinuação" que o dinheiro que vai para a secretaria de Infraestrutura: "Eu acho que um discurso sério como o que V. Ex^a está tentando fazer, não pode ser desvirtuado com questões, não pode ser desvirtuado com aquele desejo partidário que nós todos nós temos", defendeu.

O deputado Magno Bacelar (PV) também defendeu a proposta dizendo que não era uma peça fantasiosa, mas sim uma peça variável que depende da arrecadação e do momento econômico: "Eu quero parabenizar o Governo do Estado por mandar para esta Casa, um orçamento real, uma estimativa de receita do governo do estado", disse.

Magno defendeu ainda que o governo priorizou em primeiro lugar, a saúde de todos os maranhenses e justificou o que chamou de pequenos cortes: "É claro, que quinhentos milhões de reais é muito dinheiro para um Estado pobre como o nosso, é mais de quinhentos milhões que serão destinados para a Caema, gostaríamos que fosse um bilhão. Então, esses pequenos cortes que dependendo das circunstâncias dentro deste orçamento, tem estrutura para remanejamen-

to, que nós vamos votar aqui", disse o deputado que também argumentou a favor do aumento de recursos para a Infraestrutura: "Um estado territorial do tamanho do Maranhão com 217 municípios e mais praticamente 32 novos municípios que vamos criar nesta Casa, onde será o primeiro estado do Nordeste interligado todas as cidades por pavimento asfáltico", defende.

Para Magno o estado tem que fazer o que realmente é possível dentro daquilo que é prioridade para o povo do Maranhão. "O Estado escolheu as prioridades importantes: a saúde, a infraestrutura, e as outras secretarias onde houver pequenos cortes, poderá haver remanejamento. Dependendo da arrecadação do próprio estado", finaliza.

Votação

"Já enviamos as cópias para todos os gabinetes dos deputados e queremos fazer algumas audiências públicas para discutir a proposta com diversos segmentos sociais. Acredito que até dezembro estaremos votando essa matéria", explica o deputado Alexandre Almeida que além de presidente da Comissão de Orçamento da Casa é também o relator da matéria. Alexandre disse ainda que quer usar todo o tempo anterior a votação para amadurecer a matéria na Casa, já que os deputados poderão fazer suas sugestões e apresentar suas emendas parlamentares.

» Um Longo Caminho pela Frente

Entenda como funciona a discussão e votação da lei orçamentária no Estado

■ O projeto de lei orçamentária deverá dar entrada na Assembleia, dentro do prazo estabelecido em Lei. Recebido o projeto, o Presidente depois de comunicar o fato ao Plenário, determinará imediatamente, a sua publicação, enviando o original à Comissão de Orçamento. O relator terá quinze dias de prazo para emitir parecer.

■ Aprovado o parecer na Comissão, será enviado à Mesa Diretora que o fará publicar. Na sessão seguinte, publicado o parecer, o projeto entrará na Ordem do Dia para primeira discussão, nela permanecendo durante duas sessões ordinárias ou extraordinárias. Nenhuma emenda poderá ser apresentada em Plenário.

■ Esgotado o prazo ou se a discussão for encerrada por falta de oradores, o projeto voltará à Comissão onde durante três dias úteis receberá emendas, que serão publicadas no Diário da Assembleia.

■ Publicado o resultado da votação das emendas na Comissão, os Deputados terão o prazo de três dias úteis para requererem a votação em Plenário, sem discussão das emendas aprovadas ou rejeitadas. Os requerimentos deverão ter o apoio de um terço dos membros da Assembleia.

■ Na segunda discussão, o projeto de orçamento figurará na Ordem do Dia, no máximo durante duas sessões ordinárias ou extraordinárias, findas as quais o projeto retornará, por quarenta e oito horas, à Comissão, onde receberá emendas, não sendo aceitas as já rejeitadas na primeira discussão.

■ Publicadas as emendas apresentadas, a Comissão decidirá, em definitivo, nas seguintes quarenta e oito horas, sobre as mesmas, sendo lícito o requerimento, assinado por um terço dos membros da Assembleia, para recurso em Plenário.

■ Publicada a decisão da Comissão, o projeto irá ao Plenário para votação em segunda discussão. Se a Comissão não decidir no prazo previsto, o projeto será incluído na Ordem do Dia, ficando as emendas prejudicadas, salvo as que forem requeridas para julgamento pelo Plenário, por um terço dos membros da Assembleia.

■ A redação final do projeto de orçamento será feita pela Comissão e deverá estar aprovada no prazo de dez dias após o seu recebimento, devendo os autógrafos serem enviados ao governador.

“CASO JETHER JORAN”

Família de bancário morto há seis meses pede agilidade nas investigações



A família do bancário Jether Joran Coelho Martins, de 53 anos, que foi assassinado no dia 6 de abril deste ano, com um tiro na nuca, deflagrado por um revólver calibre 38, após ter sido abordado por cerca de três criminosos, quando chegava em sua casa, no Planalto Anil 1 – bairro vizinho ao Conjunto do Cohatrac, por volta das 19h, reclama da morosidade da polícia para a elucidação do caso.

PÁGINA 13 [C1]

“CASO JETHER JORAN”

Família de bancário morto há seis meses pede agilidade nas investigações

NELSON MELO
ESPECIAL PARA O JP

A família do bancário Jether Joran Coelho Martins, de 53 anos, que foi assassinado no dia 6 de abril deste ano, com um tiro na nuca, deflagrado por um revólver calibre 38, após ter sido abordado por cerca de três criminosos, quando chegava em sua casa, no Planalto Anil 1 – bairro vizinho ao Conjunto do Cohatrac, por volta das 19h, reclama da morosidade da polícia para a elucidação do caso. Naquela ocasião, os suspeitos já aguardavam a vítima nas redondezas de sua residência; e, assim, que ele posicionou o seu carro, um Fiesta vermelho, placa NHS-0813, na entrada do imóvel, a ação criminosa teve início, e o corpo só foi encontrado cinco horas depois, na Vila Kiola – São José de Ribamar. A denúncia foi feita pela viúva de Jether Joran, Jonilda Pereira da Silva, 43, que também exerce a profissão de bancária.

Jonilda recebeu a equipe de reportagem do **Jornal Pequeno**, em sua residência, nesta semana. Mesmo emocionada e abalada, ela contou os detalhes do crime. Segundo a viúva do bancário, naquela noite, ele tinha ido fazer compras no Supermercado Maciel, no Cohatrac. E, assim que Jether desceu do veículo, para abrir o portão da residência, os criminosos o abordaram, empurrando-o, à força, para dentro do Fiesta e o colocando no banco traseiro.

De acordo com Jonilda, esta é a versão dos vizinhos, que testemunharam a ação. “Eu estava na sala, com os meus dois filhos, quando ouvi as pancadas nas grades.

O portão, devido à briga, ficou entreaberto; naquela hora, um homem magro e alto, de boné, escondendo o rosto com as mãos, dizia para eu não sair de onde estava. Com medo, e no desespero, obedeci. Ao perceber que o barulho tinha cessado, apareci na porta; porém, eles já tinham sumido”, recordou.

Ela contou que, em seguida, ligou para a Ronda da Comunidade, do Bairro Cohab, que, quase meia hora depois, chegou. Dentro da viatura, ouviu, pelo rádio, que tinham encontrado um Fiesta vermelho no Conjunto Maiobão. Naquela localidade, e portando uma chave reserva, conduziu o veículo até o 13º Distrito Policial (DP), Cohatrac; o carro foi liberado, na mesma noite, pelo delegado Walter Carlito Rocha Júnior, de acordo com o depoimento da viúva do bancário. Dentro do automóvel, tudo estava revirado, mas nada foi levado, incluindo os cartões de crédito da vítima, “exceto um pen drive, contendo somente músicas, e uma valise preta, na qual ele guardava cópias de três livros que estava escrevendo, de cunho literário”. Naquela mesma noite, outra parte dos documentos de Jether foi encontrada dentro de outro carro, um Gol preto, na Avenida Casemiro Júnior, Anil, próximo ao Colégio Educator.

Já o corpo do bancário só foi encontrado por volta de meia-noite, na Vila Kiola, tendo sido encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML); eles só ficaram sabendo, porém, no outro dia, por volta das 6h, após terem, insistentemente, ligado para o IML.

No laudo de necropsia daquele instituto, constava que a morte aconteceu devido a um tiro na nuca, de revólver calibre 48. A partir desta data, teve início o martírio de Jonilda em busca de uma solução para o caso, já que a perícia no carro só foi realizada dez dias depois do crime, “porque ela mesma resolveu guardar o veículo, preservando, ao máximo, os resquícios da ação criminosa”.

O caso foi parar na Delegacia de Homicídios, sob a responsabilidade do delegado Antônio Martins, que repassou as investigações para outro delegado, Sebastião Cabral. “Durante esse tempo todo, indo e vindo daquela delegacia, mantendo a esperança de, em um futuro próximo, receber a notícia de que tudo foi desvendado, e pretendo ver os suspeitos na cadeia”, comentou a viúva.

Segundo Jonilda, Jether sofria de claustrofobia, era formado em Turismo, e trabalhava na agência do Bradesco do João Paulo desde 2004, sendo que, como bancário, exercia esta função há 24 anos.

Ele e sua mulher eram casados por quase duas décadas, e moravam no Planalto Anil em um período de tempo de três anos. Juntos, eles tinham dois filhos, um menino de 12 anos e uma menina de 14.

O corpo do bancário foi sepultado em Vargem Grande/MA, terra natal da vítima. Jether Joran, que era filiado ao PT, tem dois livros publicados, “História e Estórias da Minha Cidade” e “Poesias Revolucionárias”.

De acordo com a viúva, ao ter procurado o delegado Sebastião Cabral, na semana passada, ele disse que o caso está em “segredo de Justiça”, revelando que vai pedir a prorrogação do prazo do inquérito; ela, no entanto, disse querer apenas que o crime seja desvendado, e que as investigações sejam realizadas com mais rapidez.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



**FAMILIARES E AMIGOS de Jether Joran
chegaram a fazer uma passeata para pedir
justiça pela morte do bancário**



José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com



Do tipo 'num tô nem aí'

É verdade comezinha, mas, ainda assim, devo reafirmar que o magistrado tem o dever de exercer o mister com retidão, prestando contas de sua atuação aos jurisdicionados, sem que, em face disso, tenha que trair as suas convicções. Ele não pode, simplesmente, virar as costas para a população, já que tem o dever de fundamentar as suas decisões, para deixar claro que, ainda quando decide contra as pretensões de uma maioria, o fez fundamentadamente, para que não deixe transparecer que construiu sua decisão com base no nada ou fundamentada em coisa nenhuma.

O magistrado não tem a faculdade de agir com desvelo. Tem, ao contrário, a obrigação de atuar com cuidado extremo para não fazer cortesia com o direito alheio. Infelizmente, para desânimo de muitos, aqui e acolá ainda se tem notícias dos que decidem sem convicção, ao sabor das circunstâncias, o que, convenhamos, é péssimo para nossa credibilidade.

Além do dever de probidade, o magistrado tem o dever de eficiência, visto que a ele se impõem o dever de realizar as suas obrigações com presteza e o rendimento funcional, que são, dentre outros fatores, requisitos para a avaliação de sua produtividade, para fins de promoção por merecimento.

O uso do poder, todos nós sabemos, é prerrogativa da autoridade. Mas o poder não pode ser exercido de forma abusiva. Logo, abusar do poder é agir fora da lei, sem utilidade

pública, ultrapassando o agente os limites de suas atribuições, desviando a sua finalidade. Nessa senda, convém anotar que o magistrado que não se esmera para consecução de seu trabalho, para realizá-lo com rapidez e presteza, deve suportar a (re)ação dos órgãos de controle internos que, nessa perspectiva, devem agir com o necessário rigor, sem tergiversação, sem concessões que possam deixar transparecer alinhamento com a má conduta funcional.

O poder é, sim, para ser exercido em benefício do interesse público, mas dentro de certos limites. Portanto, o magistrado não pode fazer o quem bem entender, a pretexto de que só deve satisfações à sua consciência.

O magistrado não pode deixar de ser assíduo, negligenciar os compromissos assumidos, marcar compromisso, por exemplo, no mesmo horário que deveria estar participando das sessões de julgamento, contribuindo, com a sua ausência, muitas vezes injustificada, inviabilizá-las.

O magistrado deve, sim, satisfações à sociedade, que é quem, afinal, lhe paga, o que não significa que deva decidir para ser simpático ou para receber aplausos. O magistrado que desenvolve o seu trabalho buscando aplausos, pode ser considerado muito bom para uma categoria, mas, no mesmo passo, é péssimo para o conjunto da sociedade. Ele

não pode ser do tipo num tô nem aí, pois tem que estar aí, sim, para sopesar as consequências de sua decisão, da sua falta às sessões de julgamento, pois omissões desse jaez, além dos transtornos que causam às partes, nos deixam muito mal diante da opinião pública.

O magistrado, ademais, tem que ser coerente. Ele não pode, diante da mesma situação jurídica, da mesma quadra fática, decidir de forma diametralmente oposta, para ser obsequioso e simpático, criando, com essa ação, um sentimento de descrença que fragiliza ainda mais a instituição, pois aquele que procede sem esse compromisso, é lamentável dizer, não tem sequer consciência do seu papel; vai levando ao sabor das circunstâncias, sem nenhum compromisso com a justiça de suas decisões; é do tipo que carrega sob a toga decisões de variados matizes, pronto para apresentá-las à luz das suas mais íntimas e danosas conveniências.



DESEMBARGADORA NELMA Sarney em reunião com as oficiais de Justiça

Nelma Sarney reúne-se com as novas coordenadoras da Central de Mandados

A desembargadora Nelma Sarney recebeu em audiência no seu gabinete na manhã da última quinta-feira (25) as oficiais de Justiça Josenia Farias e Maria Lindailza Porto, escolhidas a seu pedido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) para as funções, respectivamente, de coordenadora geral e coordenadora adjunta da Central de Cumprimento de Mandados da Comarca de São Luís.

Na oportunidade, a desembargadora Nelma Sarney, que foi eleita pelo Pleno do Tribunal de Justiça para o cargo de corregedora geral da Justiça do Maranhão, falou dos seus planos para a humanização e

aprimoramento das condições de trabalho de servidores e magistrados lotados no Fórum de São Luís.

“A Central de Cumprimento de Mandados é o coração do Fórum da Capital. É muito importante que funcione com eficiência, e sem problemas, para o engrandecimento da Justiça e o bom atendimento da população”, declarou a magistrada.

Por sua vez, as oficiais Josenia Farias e Lindailza Porto se declararam muito honradas pelo gesto da Desembargadora Nelma Sarney de recebê-las em seu gabinete e aceitar que o Sindjus-MA, entidade representativa da classe, fizesse a indicação da nova equipe de gestores da Central de Cumprimento de Mandados de São

Luís. “Estamos à disposição da desembargadora Nelma Sarney, que sempre prestigiou os servidores, para trabalharmos juntas e em estreita sintonia com a sua equipe, o que inclui o novo diretor do Fórum da Capital, o juiz Jesus Guanaré Borges”, disse Josenia Farias.

Para Lindailza Porto, o convite para integrar a coordenação da Central de Mandados de São Luís foi uma surpresa e a deixou muito feliz. “Eu sou uma mulher que não tem medo de desafios. Estou me sentindo honrada por meu nome ter sido lembrado por quem sempre lutou pelos meus direitos e pelos direitos do conjunto dos servidores.

Além de se notabilizar por ser uma mulher de posições claras e firmes, e uma magistrada competente, a desembargadora Nelma Sarney é uma notória defensora dos direitos dos servidores. Por tudo isso, estou imensamente feliz de poder contribuir para o sucesso da sua gestão à frente da Corregedoria Geral de Justiça”, declarou.

A Central de Cumprimento de Mandados de São Luís foi criada pela Lei Complementar nº 85 e tem o seu funcionamento regulamentado pelo Provimento 18/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que outorga ao Sindjus-MA o direito de indicar o oficial de justiça que ocupará o cargo de coordenador dessa unidade judiciária.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Rua Professor Carlos Cunha, S/N - Calhau, 6º andar
CEP.: 65.076-820 - São Luís - MA
☎ (098) 3194-5498

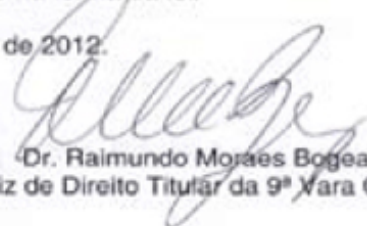
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Reg. Distribuição : 21258-35.2008.8.10.0001
Denominação : CONDENATÓRIA
Parte(s) Requerente(s) : JOCELINO FERNANDES PINHEIRO
Parte(s) Requerida (s) : SANDRA REGINA VINHAL

Citando(a) (s): SANDRA REGINA VINHAL, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da pessoa acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 4 de outubro de 2012.


Dr. Raimundo Moraes Boguea
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível

►► No próximo mês encerrará o mandato do desembargador José Bernardo à frente do Tribunal Regional Eleitoral!!! O candidato mais forte para substituí-lo é o atual presidente do TJ, Guerreiro Jr!!! Mas um 'passarinho' contou ao Dr. Pêta que já tem um magistrado aí sendo incentivado por dois tios, um deles 'quase poderoso', para entrar na briga!!! Marrapá, ô 'povo' que não tem limite!!! Olha Eliana Calmon!!!

►► Falar em Eliana Calmon, lembrem aquela 'história cabeluda' de dois assessores do TJ, um deles do gabinete de um ex-presidente, presos em flagrante quando recebiam dinheiro e joias de um empresário maranhense????!!! Pois é..., depois de um longo período no 'mais absoluto silêncio', Dr. Pêta foi informado, essa semana, de que a ministra Eliana Calmon está 'ressuscitando' o caso e quer ouvir o chefe de um dos assessores!!! 'Viuchi'!!!